

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ARIALDO CASTRO JÚNIOR

**O PAPEL DA EXTENSÃO RURAL NO DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO
FAMILIAR: Associativismo e desenvolvimento sustentável**

**CURITIBA
2017**

ARIALDO CASTRO

**O PAPEL DA EXTENSÃO RURAL NO DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO
FAMILIAR: Associativismo e desenvolvimento sustentável**

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em MBA em Gestão do Agronegócio no curso de MBA em Gestão do Agronegócio, Departamento Ciências Agrárias, Programa de Educação Continuada em Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Alexandre Amorim Monteiro

**CURITIBA
2017**

Aos meus pais, irmãos e minha namorada, que foram grandes incentivadores e que sempre acreditaram na realização dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Ao Curso de MBA em Gestão de Agronegócio, do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, na pessoa de seu coordenador Prof. Padilha, pelo apoio recebido.

Aos colegas de turma, por estarem sempre prontos a ajudar nos momentos difíceis.

O agradecimento especial ao meu orientador Prof. Alexandre Amorim Monteiro que sempre esteve presente no processo de elaboração deste trabalho, nos bons e maus momentos.

*“Se o homem não tem capacidade de dar
Vida a mais ínfima das criaturas, também
Não tem o direito de tira-la”*

RESUMO

O presente artigo procura demonstrar a importância do associativismo para a melhoria do agronegócio familiar nas comunidades rurais de maneira sustentável na Região Sudeste do Estado do Tocantins. Também aborda à questão do desenvolvimento rural a partir de enfoques contemporâneos das teorias do desenvolvimento das quais se destacam os conceitos de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento rural sustentável. Conclui afirmando que o fomento do desenvolvimento local depende muito da interação e da articulação dos diversos atores sociais e econômicos, institucionais, públicos e privados.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade. Associativismo rural.

ABSTRACT

This article tries to demonstrate the importance of the associativism for the improvement of the agribusiness family in the rural communities in a sustainable way in the Southeastern Region of the State of Tocantins. It also addresses the issue of rural development from contemporary approaches to development theories that highlight the concepts of sustainable development and sustainable rural development. It concludes by affirming that the promotion of local development depends very much on the interaction and the articulation of the diverse social and economic, institutional, public and private actors.

Keywords: Sustainable development. Sustainability. Rural association.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE NO CONTEXTO ESTADUAL.....	18
---	----

LISTA DE TABELAS

QUADRO 1- PROGRAMA DE MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA BÁSICA DA COMUNIDADE SÃO CARLOS.....	25
QUADRO 2- PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E USO ECONÔMICO DA BIODEVERSIDADE.....	26

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	13
2 OBJETIVOS.....	17
2.1 GERAL.....	17
2.2 ESPECIFICOS.....	17
3 MATERIAIS E MÉTODOS.....	17
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	21
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	29
REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

A proposta de desenvolvimento que surge nos anos seguintes a Segunda Grande Guerra foi pautada na ideia dominante da necessidade de se adotar um crescimento econômico moderno, industrial e capitalista, com vistas à melhoria da qualidade de vida e à erradicação da pobreza e, conseqüentemente, de maiores indicadores de bem-estar material da maioria da população¹. Nessa perspectiva o desenvolvimento orientava-se para o crescimento econômico, baseado no consumo abusivo dos recursos naturais não renováveis, onde que, segundo Caporal e Costabeber (2002, p.2) “fomos levados, erroneamente, a tomar o desenvolvimento como sinônimo de crescimento permanente e ilimitado”.

O atual modelo de crescimento econômico que gerou tanta riqueza e fartura no mundo, também provocou enormes desequilíbrios, miséria, degradação ambiental e a poluição. Segundo Rocha (2002 p.65) que toma como referência os estudos de Andreu Viola, essa noção de *desenvolvimento*, tem como pano de fundo o discurso sobre o “estado da união” feito pelo presidente Harry Truman dos Estados Unidos, no dia 20 de janeiro de 1949. Para esse autor, esse discurso contribuiu para universalizar esta nova linguagem, uma vez que explicitava muitos de seus preconceitos e de seus propósitos. O trecho abaixo, reproduzido do discurso do presidente Truman dos EUA, por RIST (apud. Viola, 2000, p.14) dá uma demonstração clara da retórica do modelo desenvolvimentista, baseada na ideia-força da necessidade de extensão desse padrão de *desenvolvimento* às sociedades consideradas atrasadas.

“Más de la mitad de la población mundial está viviendo en condiciones próximas a la miseria. Su alimentación es inadecuada, son víctimas de la desnutrición. Su vida económica es primitiva y miserable. Por primera vez en la historia, la humanidad posee el conocimiento y la técnica para aliviar el sufrimiento de esas poblaciones.(...)Yo creo que debemos poner a la disposición de los pueblos pacíficos² los beneficios de nuestra acumulación de conocimiento técnico con el propósito de ayudarles a satisfacer sus aspiraciones de una vida mejor (...). Lo que estoy contemplando es un programa de desarrollo basado en los conceptos de una negociación equitativa y democrática. Todos los países, incluyendo el nuestro, obtendrán un gran provecho.

² Segundo o autor ao usar essa expressão o Presidente referia-se aos países não comunistas

Nesse contexto, houve um avançado crescimento econômico e uma transformação ecológica sem precedentes, por outro a dramática condição social de inúmeras pessoas, além de problemas ambientais assustadores (VECHIATTI, 2004). Diante desta constatação, surge a ideia do desenvolvimento sustentável³, buscando conciliar desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e ainda ao fim da pobreza no mundo.

Nesse marco, a agricultura tocantinense, nas suas diferentes formas de produção agropecuária, as cooperativas agrícolas, as associações de pequenos produtores, as economias agrícolas de base familiar, etc., terminam por se envolver nesse cenário. Daí o desafio que se coloca: Como assegurar a integração sustentável da agricultura de base familiar no atual processo de transformação e abertura do setor agropecuário? Como promover o desenvolvimento rural sustentável do agronegócio?

Para o autor Carlos Julio Jara, a questão do desenvolvimento sustentável da agricultura de base familiar, dentro do marco da globalização, expressa uma grande complexidade pela sua grande heterogeneidade. Para ele, o “desenvolvimento local sustentável⁴ é a contrapartida da globalização insustentável. É a única estratégia que permite visualizar perspectivas concretas de desenvolvimento humano, de segurança alimentar e nutricional, de saúde, etc., descobrindo ou despertando as vocações locais e as potencialidades específicas”. (JARA, 1998)

Essa proposta aponta para um desenvolvimento endógeno, ou seja, baseado no aproveitamento dos recursos, das oportunidades e das capacidades locais. Significa dizer, que se identifica a necessidade de fortalecer a organização das associações comunitárias rurais, como etapa indispensável para uma efetiva conservação dos recursos naturais e promoção de bases para o desenvolvimento rural sustentável.

³ O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi apresentado em 1987 como resultado da Assembleia Geral das Nações Unidas no relatório “our common future” Nosso Futuro Comum conhecido como Relatório Brundtland.

⁴ Definido como um modelo de desenvolvimento mais endógeno, auto gestor, participativo, eficiente e mais sustentável do ponto de vista ambiental.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Proposta de desenvolvimento rural sustentável: algumas considerações

Os avanços tecnológicos ocorridos nas últimas décadas permitiram conquistas importantes, mas muitas das vezes, tomaram rumos que colocaram em risco a própria sobrevivência da humanidade. Tornando-se, necessário o estabelecimento de novas relações entre a sociedade e a natureza de maneira sustentável.

Costabeber e Caporal (2002) ressaltam que a opinião pública e a comunidade científica vêm percebendo a “necessidade de novos enfoques, mais respeitosos ao meio ambiente, socialmente desejáveis, politicamente aceitáveis e viáveis sob o ponto de vista econômico”.

Conforme já referenciado, a definição do termo *desenvolvimento sustentável* abaixo descrito, foi concebido no ano de 1987, na Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), num documento chamado Nosso Futuro Comum, mais conhecido por relatório Brundtland. O referido termo, segundo Rocha, foi reelaborado do conceito de *ecodesenvolvimento* desenvolvido na Conferência de Estocolmo em 1972, que tinha como principais princípios fundamentais:

- A solidariedade com as gerações futuras;
- A satisfação das necessidades básicas dos cidadãos;
- Busca da participação efetiva da população envolvida;
- A busca incessante da preservação dos recursos naturais, e do meio ambiente em geral;
- Criação de um sistema social que garanta o trabalho estável com remuneração digna para todos e a promoção de projetos e planos educacionais em todos os níveis para toda a população.

A partir desses princípios, essa Comissão definiu o conceito de desenvolvimento sustentável, como:

"buscar satisfazer as necessidade e aspirações do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras para atender suas próprias necessidades". Ou como "Um processo de mudança na qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo

com as necessidades atuais e futuras..." (Comisión Mundial sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo, apud, JARA, 1998, 33-34).

A partir da reunião da Comissão Mundial de Meio Ambiente, em 1987, e do estabelecimento do conceito de *desenvolvimento sustentável*, vários outros conceitos e definições vêm sendo elaborados e adaptados como é o caso dos autores, (COSTABEBER e CAPORAL, 2002; RATTNER e VEIGA 2004; VECHIATTI, 2004 e GONÇALVES, 2005) que apontam o desenvolvimento sustentável como sendo o desenvolvimento econômico, social, científico e cultural das sociedades, sem extinguir os recursos naturais do planeta. Para isso, todas as formas de relação do homem com a natureza devem ocorrer com o menor dano possível ao ambiente. As políticas, o sistema de produção, a transformação, o comércio, os serviços e o consumo têm de existir preservando a biodiversidade.

O desenvolvimento desejável propõe a conciliação entre o crescimento econômico, a dimensão social, ambientalmente correto, socialmente justo, humano e adaptável. O desenvolvimento sustentável implica uma transformação social, progressiva, aumentando o potencial produtivo para todos os cidadãos (COSTABEBER e CAPORAL, 2002; VECHIATTI, 2004; AMÂNCIO E GRAÇA AMÂNCIO, 2004).

Segundo Vechiatti (2004), o conceito de desenvolvimento sustentável foi importante para repensar as dimensões do desenvolvimento e conscientização da sociedade, questionando as práticas econômicas e sociais que não consideravam o limite e capacidade dos ambientes naturais em suportar a vida no planeta.

Giansanti (1998, p.13) ressalta que o termo sustentável remete a ideia daquilo que se pode sustentar. Sugere ainda estabilidade e equilíbrio e transmite a ideia de durável por longos anos.

Sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema. Tal conceito equivale à ideia de manutenção de nosso sistema de suporte da vida. Basicamente, trata-se do reconhecimento do que é biofisicamente possível em uma perspectiva de longo prazo (CAVALCANTI, 2003).

Segundo Santos Cabette (2006), a ideia de sustentabilidade consiste no relacionamento de que os recursos naturais, não são inesgotáveis, de modo que as

atividades econômicas e industriais não podem se desenvolver ignorando sua relação com o meio ambiente.

O princípio da sustentabilidade tem por conteúdo a manutenção das bases vitais de produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens e seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham a oportunidade de desfrutar dos mesmos recursos de hoje.

No que diz respeito ao desenvolvimento rural sustentável, para Costabeber e Caporal (2002, p.3) esse é um:

Processo gradual de mudança que encerra em sua construção e trajetória e consolidação de processos educativos e participativos que envolvem as populações rurais, conformando uma estratégia impulsionadora de dinâmicas socioeconômicas mais ajustadas ao imperativo ambiental, aos objetivos da equidade e aos pressupostos de solidariedade intra e intergeracional.

Segundo a Agenda 21, os principais instrumentos do desenvolvimento rural e agrícola sustentável são a reforma da política agrícola, a reforma agrária, a participação, a diversificação dos rendimentos, a conservação da terra e um melhor manejo dos insumos. O êxito do desenvolvimento rural e agrícola sustentável dependerá em ampla medida do apoio e da participação das populações rurais, dos Governos nacionais, do setor privado e da cooperação internacional, inclusive da cooperação técnica e científica.

Gliessman (1995, in. ALTIERE, 2001) destaca que o desenvolvimento rural sustentável sinaliza para a utilização de práticas alternativas de produção, reduzindo o uso de insumos externos caros, escassos e daninhos ao meio ambiente.

No contexto da agricultura, a sustentabilidade diz respeito, basicamente, à capacidade de garantir a permanência da produtividade, ao mesmo tempo em que se mantém a base de recursos (AMÂNCIO E GRAÇA AMÂNCIO, 2004).

Agricultura sustentável⁵ é o manejo bem sucedido de recursos, de modo a satisfazer as necessidades humanas em transformação mantendo e melhorando, ao mesmo tempo, a qualidade do ambiente, sem deteriorar os recursos naturais.

⁵ Há várias vertentes da denominada *agricultura sustentável*, dentre as quais se destacam: *Agricultura biodinâmica*; *Agricultura Orgânica*; *Agricultura biológica*; *Agricultura natural*. Além dessas, existem outras

Amâncio e Graça Amâncio (2004) ressaltam que os objetivos que se pretendem alcançar com a agricultura sustentável seriam: promover a saúde dos agricultores e consumidores, manter a estabilidade do meio ambiente mediante a incorporação dos processos naturais como os ciclos de nutrientes, a fixação de nitrogênio e o controle de pragas pelos seus predadores naturais; assegurar os lucros dos agricultores no longo prazo e produzir para responder às necessidades atuais das sociedades, levando em conta também as gerações futuras.

Nesta perspectiva Giansanti (1998, p.16) ressalta que a adoção de práticas sustentáveis, como técnicas agrícolas alternativas, pelas pequenas comunidades rurais pode propiciar ganhos econômicos e sociais, mesmo que de curto alcance. Tecnologias simples, como o aproveitamento de resíduo orgânico, deixados após as colheitas (cobertura morta), compostagem, adubação orgânica, plantio em nível, entre outras, resultam em ganhos de produtividade, melhoria da qualidade do solo e rebaixamento dos custos de produção. Podem contribuir para diminuir a dependência de insumos agrícolas industrializados (adubos químicos, fertilizantes, biocidas) e, associados às práticas coletivas de comercialização dos excedentes, promovendo a inserção das comunidades no mercado, garantindo assim a sustentabilidade no meio rural.

Uma das formas de facilitar a inserção no mercado e combater a exclusão da população rural é estimular o espírito associativista, pois é no exercício da coletividade que as dificuldades comuns se explicitam e ganham dimensões que estimulam a vontade coletiva de organização. Em consequência, a reação é a busca comunitária de superação dos problemas e surgimento natural da associação como forma de sobrevivência individual e coletiva, realizando-se a cooperação. Trata-se de buscar o aperfeiçoamento das atividades produtivas, materializando a organização.

2 OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Analisar o papel do associativismo no desenvolvimento do agronegócio familiar na região sudeste do Tocantins.

Objetivos específicos

- Discutir sobre o desenvolvimento do agronegócio numa perspectiva da sustentabilidade;
- Analisar o desenvolvimento rural sustentável na perspectiva do associativismo.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Para discutir sobre o papel do associativismo no desenvolvimento do agronegócio familiar em uma perspectiva sustentável foram utilizados como métodos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa qualitativa exploratória.

Os dados analisados sobre o associativismo foram coletados no Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins-Ruraltins, órgão oficial de assistência técnica e extensão rural do Estado do Tocantins. Os dados foram levantados no Escritório Regional de Taguatinga, central responsável pela Região Sudeste.

Para discutir sobre o associativismo foram analisados os dados nos municípios Arraias, Taguatinga, Dianópolis e Almas-TO, estudos para diagnosticar a situação do associativismo na região.

Foi escolhida a comunidade São Carlos do município de Almas-TO, para discutir os aspectos práticos do associativismo.

O Tocantins criado no ano de 1988 é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado a sudeste da Região Norte e tem como limites o Maranhão a nordeste, o Piauí a leste, a Bahia a sudeste, Goiás a sul, Mato Grosso a sudoeste e o Pará a noroeste. Ocupa uma área de 277.620,914 km², sua capital é a cidade planejada de Palmas. As cidades mais populosas são Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins e Araguatins.

O Estado ocupa uma zona de transição entre o Planalto Central brasileiro, de clima mais seco e vegetação dominada pelo cerrado, e a Planície Amazônica, úmida na maior parte do ano e coberta por floresta equatorial. O relevo é em grande parte formado por planaltos sedimentares, de altitude média no centro-sul, e com chapadões mais altos na parte oriental. Nesta região está a planície da bacia do rio Araguaia, periodicamente inundada. Na região central, numa faixa que se estende na direção sul-norte, está a planície da bacia do Tocantins. Entre os dois grandes sistemas hidrográficos, encontram-se as chapadas e chapadões.

O estado foi criado por determinação da Constituição de 1988, a partir da divisão do Estado de Goiás (parte norte e central). Mas a ideia de se constituir uma unidade autônoma na região data do século XIX.

O estado encontra-se dividido em oito Microregiões, sendo uma delas localizada na Região Sudeste do Tocantins.

A região sudeste do Estado que engloba 20 municípios (Almas, Arraias, Aurora, Chapada da Natividade, Combinado, Conceição, Dianópolis, Lavandeira, Natividade, Novo Alegre, Novo Jardim, Paraná, Pindorama, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre, Rio da Conceição, Santa Rosa, São Valério, Taguatinga e Taipas) que durante décadas esteve à margem do desenvolvimento experimentado pelo Estado de Goiás devido, sobretudo, ao seu isolamento físico, em relação às áreas daquele estado com maior potencial de crescimento. Com a criação do Estado, foi implementada uma política ousada de investimento, priorizando, ações direcionadas à ampliação e consolidação da infraestrutura de transportes e de energia, visando oferecer condições adequadas ao desenvolvimento da base agropecuária. Estes investimentos romperam o isolamento físico em que se encontrava a Região Sudeste do Estado, passando a interligar seus municípios às capitais Palmas, Brasília e Goiânia, e as cidades do oeste da Bahia.

O rompimento do isolamento da Região, a partir da melhoria parcial da infraestrutura rodoviária, abriu novas perspectivas para os municípios do Sudeste do Tocantins, que em sua grande maioria, apresentam baixos índices de desenvolvimento econômico e social, com ênfase a população do meio rural.

A região Sudeste ocupa uma área de total de 47.172,673 km², com uma população de 124.150 habitantes, equivalente a 8,29 % da população do Tocantins (IBGE, 2016).

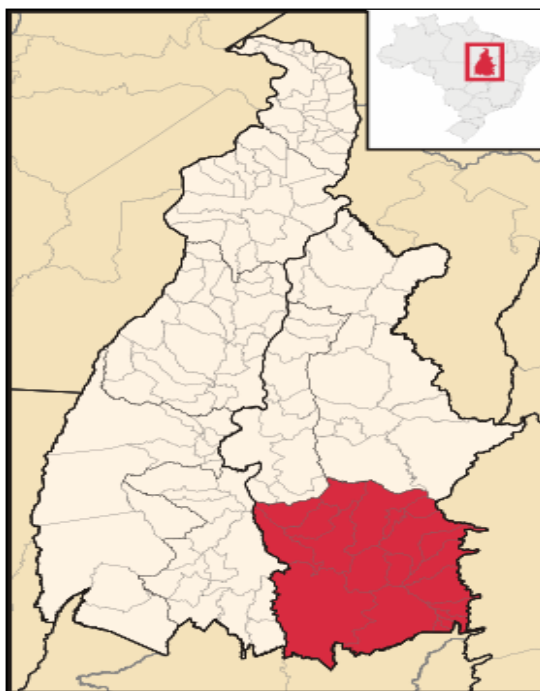


Figura 1- localização da Região Sudeste no contexto estadual

- Municípios da Região Sudeste
- Demais Regiões do Estado do Tocantins

Segundo dados do IBGE (2016), os municípios mais populosos do Sudeste são Dianópolis com uma população de 21457 pessoas, seguido de Taguatinga com 16.386 habitantes, Arraias com 10.765 habitantes, Paranã com 10.568 habitantes e Natividade com 9.301 habitantes. Segundo dados da Secretaria de Planejamento do Tocantins (SEPLAN, 2004) a taxa de urbanização da Região Sudeste é da ordem de 61,1%, que está abaixo da taxa do Estado que é da ordem de 74,3%, denotando o caráter mais rural que propriamente urbano do Sudeste em relação ao Estado.

A base da economia do Sudeste é a pecuária de corte extensiva e a produção oriunda da agricultura familiar, com ênfase na produção de arroz, milho, feijão, mandioca, cana de açúcar e produção de farinha de mandioca. Nos últimos anos vem se destacando na produção de cachaça de alambique, criação de caprinos e ovinos, piscicultura e plantio de lavouras de soja. Com o intuito de incentivar a produção de frutas na região o governo estadual vem aumentando os investimentos no setor. Nos municípios de Porto Alegre e Dianópolis está em andamento o projeto de barramento do Rio Manoel Alves, onde está previsto a inclusão de mais de 5 mil ha destinado para a fruticultura irrigada.

O principal órgão de assistência técnica voltado para agricultura familiar é o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins- Ruraltins. Segundo dados do Ruraltins - Regional de Taguatinga, foram atendidas 2.358 famílias no ano de 2016, organizadas em 34 comunidades rurais e 30 associações de produtores, que cultivam arroz, milho, mandioca, feijão, olericultura, criação de pequenos animais, produção de cachaça de alambique, fruticultura, dentre outra. As atividades trabalhadas foram baseadas no tripé organizar, produzir e agregar, com ações e programas voltados para a melhoria do processo produtivo, inclusão de mulher e jovens nas políticas públicas da agricultura familiar.

Associativismo e cooperativismo tiveram origem no espírito humano de congregação, na vontade do homem de ser solidário e de poder, ao mesmo tempo, pertencer a uma organização que sirva de intermediária entre o indivíduo e a sociedade. A ajuda mútua já era praticada pelos povos mais antigos, quando saíam em busca de alimento ou de abrigo, para sobreviver.

Associativismo e cooperativismo é, antes de tudo, uma disposição de espírito, uma filosofia do homem na sociedade em que vivem, procurando construir um novo laço baseado no trabalho, ajuda mútua, valores e necessidades humanas.

Segundo Souza (2002), a participação é um dos cinco princípios da democracia. Sem ela, não é possível transformar em realidade, em parte da história humana, nenhum dos outros princípios: igualdade, liberdade, diversidade e solidariedade, onde estes princípios devem ser assegurados pela sociedade de forma organizada.

A palavra cooperar, significa trabalhar junto com outras pessoas para realizar, com sucesso, um mesmo objetivo, através da união, confiança e solidariedade, onde as pessoas se organizam em defesa de interesses comuns. As associações que se organizam garantem um processo participativo, tendo como principal objetivo o permanente interesse do grupo, tendem a prosperar. Ao atingirem suas metas, novos horizontes se estabelecem, impulsionando suas atividades.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Gouvêa (2004, p.8), associativismo, ou ação coletiva é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne um grupo de indivíduos ou empresas com principal objetivo de superar dificuldades, gerar benefícios comuns em nível econômico, social, político, cultural, entre outros.

A associação é uma sociedade civil de fins não econômicos, onde pessoas se organizam de forma democrática em defesa de seus interesses e sem finalidade lucrativa. Podem existir em vários campos da atividade humana ou empresarial e sua constituição deriva de motivos sociais, filantrópicos, científicos, econômicos e culturais.

A associação é uma maneira de participar da sociedade. É muito comum que as pessoas se reúnam para alcançar objetivos que, individualmente, seriam bem mais difíceis ou mesmo impossíveis de serem conseguidos.

Segundo Alencar (2001), esta organização pode ser informal quando representa formas espontâneas de ajuda mútua, em geral desenvolvida por membros de uma comunidade e formal, quando é constituída associações de moradores, bairros, pais, professores, comunidades rurais, regidos por estatuto social.

O associativismo pode ser visto como um instrumento capaz de transformar ou modificar a realidade, ou como instrumento que proporciona aos diferentes atores sociais meios para se adaptarem a esta realidade (ALENCAR 2001, p.40).

Baseado nos estudos realizados por Bezerra e Cleps Jr. (2004) no município de Orizona–GO sobre o associativismo e agricultura familiar foram realizados, na Região Sudeste, nos municípios Arraias, Taguatinga, Dianópolis e Almas-TO, estudos para diagnosticar a situação do associativismo na região.

Nesta perspectiva, o associativismo pode ser utilizado como instrumento de organização dos trabalhadores no meio rural, atuando de forma significativa para o desenvolvimento sustentável, melhorando a qualidade de vida da população rural.

O momento histórico hoje vivido exige uma mudança de comportamento do ser humano, estimulando-o ao exercício de habilidades para enfrentar os novos e grandes desafios pessoais e empresariais. Precisa-se de pessoas que buscam, nas ações coletivas de forma participativa, respostas aos seus problemas, interesses,

objetivos e necessidades comuns, unindo – se em cooperativas, associações e outras formas afins.

O movimento Associativista na Região Sudeste do Tocantins começa a se configurar desde os finais dos de 1930⁶. Em outubro de 1939 já se tem registro da primeira associação, denominada de Sociedade de São Vicente de Paula, com 54 associados, sem fins lucrativos e com o objetivo de prestar assistência social a idosos que vivia na zona rural como agregados de fazendeiros do município de Arraias-TO. Outra associação destaque foi a Associação Rural de Dianópolis, fundada em 1940 pelo Coronel Abílio Wolney, homem que desempenhava atividades polivalentes médico, farmacêutico, coronel e deputado, unindo-se com fazendeiros da região visando minimizar o preço de produtos agropecuários como arame e sal.

No início de 1950, chega a cidade de Dianópolis o pedreiro e mestre de obras Veríssimo Ferreira de Almeida, oriundo da cidade da Barra, no estado da Bahia, trazendo ideias associativistas a região, fundando a primeira associação ligada diretamente ao trabalho rural, a Associação dos Trabalhadores Rurais de Dianópolis. A Associação comemorava o dia primeiro de maio com festividades e discursos que reivindicavam melhores condições de trabalho, defendiam o setor rural e criticavam duramente o abandono da região pelo governo de Goiás. Esta associação contribuiu ainda com a educação da região, com a contribuição mensal, mantinham uma escola primária destinada aos filhos dos associados.

As ideias associativistas de Veríssimo Ferreira de Almeida influenciou ainda em 1950 a criação da Associação Núcleo Colonial do Rio Abreu, com aproximadamente 60 famílias no município de Taguatinga. O isolamento da região, a falta de infra-estrutura básica como escolas, hospitais, energia, água tratada, comunicação e estradas dificultavam o desenvolvimento da região o que levava os moradores a reivindicarem melhores condições de vida (ARAÚJO, 2006).

Em 27 de abril de 1952, com a influência do padre João Magalhães Cavalcante foi fundada no município de Dianópolis, a Associação Sociedade São Vicente de Paula com a participação de 28 homens. As ideias inovadoras do padre que ainda exercia a profissão de professor de latim, francês, português voltaram os olhares da sociedade para a assistência social e melhoria de vida da população

⁶ O Estado do Tocantins foi criado no ano de 1988, até esta data a região pertencia ao norte do Estado de Goiás.

menos favorecidas da região. Com a influência da associação, foi criado o hospital São Vicente de Paula, conveniado com o Governo Federal, tornou hospital de referência da região até início dos anos de 1989.

A Cooperativa Agropecuária de Dianópolis fundada em meados da década de 1960, comercializava equipamentos e material de consumo da agropecuária, com preços menores daqueles praticados pelo mercado da região. A cooperativa foi extinta no final da década de 1970 por pressões dos comerciantes que se viram prejudicados pela grande abrangência desta cooperativa na região.

No ano de 1968 foi criado no município de Arraias-TO a Associação União Local do Povoado Água Doce, com o objetivo de amparo aos filhos dos lavradores oferecendo educação e assistência social.

Em meados de 1964 foi desapropriado pelo Governo do Estado de Goiás, no município de Arraias, a Fazenda Sussuarana com aproximadamente dez mil hectares, onde foi fundado a Cooperativa de Colonização do Combinado Agrourbano de Arraias. O governador Mauro Borges buscou inspiração em Israel para fundar a cooperativa. A cooperativa funcionaria baseada na dedicação ao trabalho, responsabilidade e ajuda mútua. Princípios defendidos desde 1923 pela Confederación de los Trabajadores de Israel (Histadrut). A base da organização seria a mesma praticada pelos israelenses nos *KIBUTZIM*.

Os Kibutzim são aldeias agrícolas onde se cumpre uma tripla função: comunidade, empresa e transformação social. Do ponto de vista legal, o kibutz é uma "Sociedade de Desenvolvimento Cooperativo cujos membros vivem em comunidade, organizados de acordo com os princípios da apropriação coletiva da propriedade, trabalho pessoal, igualdade e cooperação nos domínios da produção, consumo e educação".(LEZAMIZ, 2005 p. 28)

Esta associação foi a pioneira na região com destaque para a produção e subsistência da agricultura familiar. Foi criado um assentamento com armazém e implementos agrícolas, para a produção, estocagem e comercialização de produtos como arroz, milho, feijão, mandioca, produção de farinha e outros produtos. As decisões da cooperativa eram baseadas na participação, na democracia e na vida em sociedade.

É, portanto, uma cooperativa diferenciada pelo grau de transformação ou coletivização alcançado (exceto como estritamente pessoal), pelo princípio da compensação aplicada onde cada um segundo sua capacidade, a cada

um segundo as suas necessidades e diferenciado também pelo sistema organizacional democracia direta praticada (LEZAMIZ, 2005 p.29).

As ideias associativistas difundidas na região e o desenvolvimento da cooperativa passaram a preocupar o governo militar que determinou a extinção da mesma, acusando o governador Mauro Borges de promover o socialismo autogestionário. Com o fim do assentamento, a agricultura deu lugar a pecuária de corte e leite. Em 1989 foi criado o município de Combinado-Tocantins que se tornou o maior produtor de leite e derivados da região sudeste do Tocantins.

Em 27 de setembro de 1981, oriundo da Associação União dos Trabalhadores de Dianópolis, foi fundado O Sindicato Regional dos Trabalhadores Rurais de Dianópolis, que intensificou a luta pelo direito dos trabalhadores rurais e melhores condições de trabalho para a região. Em 2006 contava com 700 sindicalizados, e com abrangência nos municípios de Almas, Dianópolis, Porto Alegre, Novo Jardim, Taipas, Ponte Alta do bom Jesus e Rio da Conceição.

Até finais de 1988, todas as associações pesquisadas possuíam registro em cartório e em grande maioria, a organização se dava através da participação das famílias mais promissoras da região e com caráter de desenvolvimento social e urbano. (ARAÚJO, 2006). Nesta época vale destacar o apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-GO) e da Igreja Católica, como forte influenciadoras da prática associativista na região. Dado importante é que foi notado pouco enfoque de associações voltadas para a produção da agricultura familiar.

Somente a partir de 1988, após a criação do Estado do Tocantins, que se tem registro de associações voltadas para o desenvolvimento das comunidades rurais de agricultores familiares, vale destacar neste período, o apoio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS), órgão público, responsável pela assistência técnica e extensão rural no Estado do Tocantins, que contribui com o desenvolvimento da prática associativista na região e ainda do Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE).

Segundo dados do Ruraltins, na Região Sudeste⁷ possui em 2016 cerca de 37 associações de comunidades rurais atendidas e organizadas pelo Ruraltins.

⁷ Esses dados abrangem os municípios de Almas, Arraias, Combinado, Conceição, Dianópolis, Lavandeira, Novo Alegre, Paraná, Ponte Alta do bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, Novo Jardim, Taipas, e Rio da Conceição.

Durante análise de estatutos, atas de reuniões, e outros documentos das associações, percebeu-se que no município de Almas-TO, encontra-se em melhores condições de organização. Antes da criação das associações, as atividades desenvolvidas no município era basicamente a agricultura, plantio de arroz, milho, feijão, criação de pequenos animais e criação de gado. Com o desenvolvimento da prática associativista na região novas atividades foram iniciadas como: produção de artesanato de capim dourado, aproveitamento de sementes nativas para a fabricação de bio-jóias, criação de frango caipira melhorado, aproveitamento de frutos do cerrado para produção de doces e polpas e criação de abelhas para a produção de mel.

No município de Almas-TO, possui hoje 10 associações de comunidades rurais, onde 09 apresentam plano de ação com metas para o desenvolvimento sustentável da comunidade de 2013 a 2016. O plano de ação tem por objetivo

Promover o desenvolvimento da comunidade São Carlos⁸, através de um instrumento de planejamento e gestão dos recursos, de forma a garantir a melhoria da renda e da qualidade de vida dos moradores da comunidade e através da participação da comunidade na elaboração e execução deste plano. Objetiva-se nestes programas, que as atividades produtivas sejam capazes de remunerar de modo satisfatório seus trabalhadores, bem como a seus dependentes. Deve-se igualmente, desenvolver ações para que o povoado seja pólo de coesão social, dispondo de escola, moradia adequada e serviço médico, com atividades de lazer e religiosa. (PLANO DE AÇÃO DA COMUNIDADE, 2013).

O plano de ação é executado englobando: a cultura e lazer, qualificação profissional, programa ambiental (Conservação do Solo e Recuperação de áreas degradadas, organização territorial, processo produtivo (produção agropecuária e uso econômico da biodiversidade, agroindústrias, atividades produtivas não-agrícolas, mercado, comercialização e abastecimento), processo social (educação, capacitação profissional, cultura e lazer saúde e saneamento). (Quadros 1 e 2)

Quadro 1- Programa de melhoria da infra-estrutura básica da comunidade São Carlos.

Ações	Prazo	Indicação de Responsabilidade	Parcerias	Fonte de recursos
-------	-------	-------------------------------	-----------	-------------------

⁸ O nome da comunidade foi alterado.

Melhoramento de 12 km de estradas vicinais	Curto (2anos)	Prefeitura	Gov. Estadual\ Associação	Prefeitura
Viabilizar a Implantação de uma casa de farinha	Curto	Associação	Prefeitura/Associação	Bancos/Prefeitura/ Associação
Viabilizar a Implantação de uma beneficiadora de arroz	Curto	Associação	Prefeitura/Associação	Prefeitura/Bancos/ Associação
Instalar telefonia rural	Curto	Prefeitura	Associação/Embratel	Prefeitura/ Embratel
Implantar uma cerâmica comunitária	Médio	Associação	Prefeitura/Associação	Bancos/Prefeitura/ Associação
Instalar energia elétrica nas residências	Curto	Celtins	Eletronorte/ Prefeitura/Associação	Gov. Federal (Eletronorte) luz para todos
Construir a sede comunitária	Curto	Associação	Prefeitura	Associação

Fonte: Plano de Ação da comunidade São Carlos.

Quadro 2: produção agropecuária e uso econômico da biodiversidade.

Ações	Prazo	Indicação de Responsabilidade	Parceria	Fonte de Recursos
Elaborar projetos agropecuários integrados	Curto	ATER (Pública/Privada)	Associação	Gov. Estado/ Bancos
Implementar projetos agropecuários integrados	Curto	Associação	Associação	Bancos
Construir barragens para Produção agropecuária	Médio (3 anos)	Associação,	Prefeitura/Governo do Tocantins	Governo do Estado/Prefeitura
Corrigir os Solos com o uso de calagem (Calcário)	Médio	Associação	Prefeitura	Associação/Prefeitura/ Bancos
Desmatamento de área para plantio (20 alqueires)	Curto	Associação	Prefeitura/Governo do Tocantins	Prefeitura/ Bancos/ Gov. do Estado
Aquisição de uma patrulha agrícola mecanizada	Curto	Associação	Gov. do Estado/ Prefeitura/ Associação	Gov. do Estado/ Prefeitura/ Bancos
Construir barragens para produção Agropecuária	Curto	Associação	Prefeitura/ Gov. do Estado/ Associação	Bancos/Prefeitura/ Associação
Implantação de lavoura comunitária na comunidade	Curto	Associação	Prefeitura/ Gov. do Estado/ Associação	Bancos/ Prefeitura/ Gov. do Estado/ Associação

Fonte: Plano de Ação da comunidade São Carlos.

Nas associações de comunidades rurais os membros são agricultores familiares, conforme tipologia apresentada por Wanderley (2000 in. BEZERRA e CLEPS JR. 2004 p. 143), como aquele em que a agricultura familiar está no centro de uma vida social intensa, propiciada por fatores que estimulem a permanência no campo, destacando condições favoráveis à produção agrícola, como a

comercilaização, e também a garantia de um nível de sobrevivência familiar. A autora chama atenção no sentido de que onde este tipo de espaço rural ocorre em áreas onde a agricultura familiar é predominante.

Nestas comunidades rurais, os laços de amizades são características muito fortes. São práticas comuns, plantar roças a meia, relizar mutirões, trocar dia de trabalho, engordar porcos a meia, olhar as criações do vizinho, trocas de animais, tirar o leite para o visinho, dar alimentos produzidos ao vizinho e promover encontros religiosos (ALENCAR 2001; BEZERRA e CLEPS JR. 2004; Gouvêa 2004).

A relação entre os membros da comunidade precede a fundação da associação, as pessoas que moram naquele local são descendentes de agricultores. A propriedade é a herança, e cada família e propriedade é um pedaço da história da comunidade, todos se conhecem desde a infância. Cada família faz parte da história da outra família, as relações da comunidade são baseadas em parentesco.

Segundo Bezerra e Cleps Jr. (2004), a amizade, a vizinhança e o parentesco, mostra um espaço rural socialmente construído por seus habitantes. Não podendo deixar de destacar que a construção de um espaço específico não isola as comunidades do mundo externo, pelo contrário elas são integradas a espaços mais amplos. Esses produtores possuem relações dinâmicas no setor urbano, alguns participam de outras organizações sociais, outros têm membros da família morando ou estudando na cidade, e a necessidade de comercializar seus produtos os integra dinâmicos mercados.

A associação analisada para aprofundar o estudo foi a Associação da Comunidade São Carlos, no município de Almas-TO, criada em 2004, possuindo 21 famílias associadas.

A idade dos associados varia de 16 a 66 anos de idade. Com relação à escolaridade, 60% possuem o ensino fundamental incompleto, 25% possuem o ensino fundamental completo, 10% possuem o ensino médio incompleto e 5% possui o ensino médio completo.

As propriedades rurais variam entre 3 a 100 há, sendo adquiridas a maior parte por herança correspondendo a 94%, sendo que cerca de 3% por meio de compra e 3% conciliaram compra com a herança.

A atividade agrícola é basicamente a agricultura e a pecuária, predominando o plantio de arroz, milho, feijão, mandioca, criação de pequenos animais (porco e galinha) e a criação de gado misto (leite e corte). Sendo destinado a maior parte para o consumo familiar e comercializado o excedente da produção.

A comunidade São Carlos, trabalha com artesanato de Capim Dourado, importante fonte de renda para a região. O capim dourado nativo da região é trabalhado principalmente pelas mulheres que produzem bolsas, anéis, brincos, pulseiras que são comercializadas em diversas regiões do país.

Outro fator observado foi à participação ativa das mulheres do município de Almas-TO, nas associações, na gestão do processo produtivo e na renda das famílias. O que foi pouco percebido durante a pesquisa em outros municípios da região.

Os produtores de uma maneira geral destacaram que na região as associações foram criadas com fins eleitoreiros para a formação de currais eleitoral, com a promessa de assistência técnica e social e aquisição de recursos junto aos órgãos governamentais. E que os principais problemas enfrentados são a falta de documentação das associações, falta de documentação das propriedades rurais, escassez de recursos, burocracia junto aos órgãos governamentais e agentes financeiros, mas o principal problema detectado foi a falta de organização e união entre os associados, fatores que impedem a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Após a criação das associações, foram poucos os benefícios alcançados pelas mesmas. Foi percebido a falta de planejamento de ações que visem a melhoria da qualidade de vidas das comunidades. Os objetivos que se encontram nos estatutos não são colocados em práticas e os membros não reconhecem seu papel na organização, transferindo suas responsabilidades para o presidente da associação. Segundo palavras de um associado, *“eles resolvem, são melhores do que nós pra conversar, e isso ai não vai dar em nada não, já conheço...”*.

Alencar (2004) destaca que as cooperativas e associações, como qualquer outra organização, estão sujeitas as influências do sistema social em que estão estabelecidas, transformando-as em um instrumento de controle social.

Esse impacto pode ser diminuído se as associações forem fortalecidas em poder. A superação destes mecanismos ocorrerá quando os segmentos social e economicamente marginalizados forem capazes de exercer influências no processo

de desenvolvimento. Assim podemos considerar a participação nas associações como um processo de aquisição de poder (*empowering*) (ALENCAR, 2004).

As associações de comunidades rurais são sociedades que foram criadas com o objetivo de integrar diferentes esforços e ações dos agricultores e suas famílias em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade a qual pertence. O princípio da participação social é determinante no processo de conquistas materiais. Como no caso da associação analisada, interessa que a comunidade possa usufruir de bens e serviços materiais conquistadas pela organização (LISBOA 2001).

Bezerra e Cleps Jr. (2004, p. 149) discutem o associativismo rural como geração de capital social, pois a constiuição das associações, os enfrentamentos dentro do grupo e os consensos podem ser considerados um capital social acumulado durante todo o processo. Esse processo pode ser entendido como uma fase de enriquecimento capaz de valorizar os conjunto de ambiente em se atuam. Assim pode conceituar capital social como um processo de enriquecimento, baseado nas experiências dos atores sociais de forma coletiva, em que laços de confiança, de compromisso e os vínculos de reciprocidade são fatores preeminentes na geração deste tipo de capital.

É no processo associativo que as pessoas assumem a orientação do seu próprio desenvolvimento; melhoram a integração, interação e sinergia entre os envolvidos; aumenta o nível de responsabilidade e comprometimento de todos e desenvolve e fortalece a organização.

O associativismo pode contribuir para o que Gadotti (2003) chama de “consenso sobre a ética global”, um chamado a responsabilidade pessoal e social para uma sociedade sustentável e para a globalização com base no cuidado pela vida, na proteção da terra, por um modo sustentável de produzir nossa existência no planeta, pela busca da justiça, democracia e solidariedade.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As análises do material empírico realizada em nossa investigação mostram que, o associativismo está sendo utilizado como estratégia de promoção do desenvolvimento rural sustentável do Sudeste do Tocantins, pois é na união e cooperação e espírito coletivo que as dificuldades da região estão sendo

identificadas e transformadas. Através das suas organizações os agricultores garantem o seu fortalecimento e a sua reprodução social. Assim, buscam estilos de vida sustentáveis que garantam a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais.

A título de exemplo citam-se as Associações do município de Almas-TO que apesar das dificuldades enfrentadas ao longo dos anos têm desenvolvido uma proposta de desenvolvimento rural sustentável como a incorporação de novas atividades produtivas tais como: produção de artesanato de capim dourado, aproveitamento de sementes nativas para a fabricação de bio-jóias, criação de frango caipira melhorado, aproveitamento de frutos do cerrado para produção de doces e polpas e criação de abelhas para a produção de mel. Destaca-se ainda a participação e o apoio dado pelo Ruraltins - Unidade Local de Execução de Serviços de Almas no desenvolvimento dessas atividades.

Nosso argumento final é que a consolidação do processo de desenvolvimento rural sustentável dar-se-á através das ações sociais coletivas e das estratégias associativas, ficando muito claro que o fomento do desenvolvimento rural sustentável depende muito da interação e da articulação dos diversos atores sociais e econômicos, institucionais, públicos e privados.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Edgard. **Associativismo rural e participação**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001.

AMÂNCIO, Cristhiane Oliveira da Graça. **Educação popular e ambiental: a problematização das estratégias de intervenção participativa**. 1. ed. Lavras: Centro de editoração da FAEPE, 2004. v. 1. 67 p.

AMÂNCIO, Robson; GRAÇA AMÂNCIO, Cristhiane Oliveira da Graça. **Agricultura e sustentabilidade**. 1. ed. Lavras: Centro de editoração da FAEPE, 2004. v. 1. 55 p.

ARAÚJO, O.J.M. Desenvolvimento rural sustentável e associativismo. 2006. 36 p. Monografia (Pós Graduação Lato Sensu em Gestão de Programas de Reforma Agrária e Assentamento). Universidade Federal de Lavras. Lavras-MG.

ARAÚJO, O.J.M. **Professores intelectuais transformadores e a formação do aluno cidadão crítico**. 2005. 37 p. Monografia (Graduação em Pedagogia). Universidade Federal do Tocantins. Arraias-TO.

ASSIS, Renato Linhares de. **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia**. Rev Econ. Apl. vol.10 no.1 Ribeirão Preto Jan./Mar. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502006000100005. Acesso em 15/08/2016.

BEZERRA, L.M.C. CLEPS JR.J. **Associativismo rural e agricultura familiar: o caso do Orizona (GO)**. Rev. Sociedade e Natureza. Uberlândia –MG. v.16 n.31.Dez/2004.p.137-154. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9196/5660>. Acesso em 15/08/2016.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Possibilidade e alternativa do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, Hugo. (Org.): **Agricultura familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM. 2002. p. 157-194.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: _(org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2003. p.153-176.

DOWBOR, Ladislau. Informação para a Cidadania e o Desenvolvimento Sustentável. Adolescência latinoamericana, Rio de Janeiro, n. 248, p. 5-16, 2004. Disponível em: <http://dowbor.org/2004/10/informacao-para-a-cidadania-e-o-desenvolvimento-sustentavel-2.html/>. Acesso em 15/08/2016.

GADOTTI, Moacir. **Carta da terra e cultura da sustentabilidade**: Educando para uma vida sustentável. THE EARTH CHARTER IN ACTION CONFERENCE . 26-30 june 2003. Urbino, Italy. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/contexto/article/view/1043/571..> Acesso em 20/08/2016.

GIANSANTI, Roberto. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atual, 1998. (série meio ambiente).

GONÇALVES, Daniel Bertoli. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio da presente geração. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, PR, v. 5, n. 51, 2005.

GOUVEIA, Flávio. **Formação de multiplicadores para atuarem em cooperativa e associações**. MAPA/SARC. Gurupi-TO, dezembro de 2004. <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioamb>.

IBGE. Banco de Dados. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 outubro. 2016.

JARA, Carlos Julio. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local**. Brasília: IICA: Recife: Secretaria de Planejamento do estado de Pernambuco. SEPLAN, 1998.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **Sobre associativismo, desigualdades e democracia**. *Rev. bras. Ci. Soc.*, out. 2003, vol.18, no.53, p.131-142. ISSN 0102-6909. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18082.pdf>. Acesso em 29/10/2016.

LABRA, Maria Eliana e FIGUEIREDO, Jorge St. Aubyn de. **Associativismo, participação e cultura cívica**: O potencial dos conselhos de saúde. *Ciênc. saúde coletiva*, 2002, vol.7, n.3, p.537-547. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v7n3/13030>. Acesso em 20/10/2016.

LEZAMIZ, Mikel. **Relato Breve del Cooperativismo**. México, OTALORA, 2005.in: www.mcc.es/esp/informacion/publi/relatobrevedelcooperativismo.doc.

LISBOA, Josefa Bispo de. Associativismo no campo: das relações em rede ao espaço da socialização política. In. MENEZES, Ana Virginia. COSTA E PINTO, Josefa Eliane S. de S. Linhas Geográficas. Aracajú: NAGEO/UFS. 2001.

MACIEL, T. D'ÁVILA, M.I. Desenvolvimento e Sustentabilidade. In.____ **Desenvolvimento social, desafios e estratégias**. 1995, p. 246.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil**: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estud. av. vol.15 no.43 São Paulo Set./Dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009. Acesso em:18/09/2016.

NOSSO FUTURO COMUM- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

OLIVEIRA, Juliano Valera de. **Desenvolvimento sustentável**: ideias sobre perspectiva da integração. Secretaria Municipal de Planejamento/Prefeitura Municipal de Natal/RN. Abril de 2006.

PULUS, Gervásio. SCLINDWEIN, Sandro Luiz. **Agricultura sustentável ou (re) construção do significado da agricultura?** Rev. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre v.2 n.3. jul/set de 2001. p.44-52. Disponível em: http://pvnocampo.com/agroecologia/agricultura_sustentavel_ou_.pdf. Acesso em 15/08/2016.

RATTNER, Henrique. VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: Histórico**. Programa de Pós graduação em Ciências Ambientais (PROCAM). 2006.http://www.economiabr.net/economia/3_desenvolvimento_sustentavel_historico_.html, acesso em: 14/10/2016.

ROCHA, Maria Regina Teixeira da. **Babaçu Livre e Roça Orgânica**: a experiência das mulheres quebradeiras de coco babaçu do Maranhão na busca de formas alternativas de gestão dos recursos naturais. Dissertação de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável do Núcleo de Estudos em Agriculturas Familiares – NEAF, UFPA, 2002

ROSA, Antônio Vitor. **Agricultura e meio ambiente**. São Paulo: Atual, 1998. (série meio ambiente).

RURALTINS- Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins – Plano Anual de Trabalho. Taguatinga-TO, out/2016.

SANTOS CABETTE, Eduardo Luiz. **É Sustentável a Tese do Desenvolvimento Sustentável?** UNISAL, 2004. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29130-29148-1-PB.pdf>. Acesso em 20/10/2016.

SANTOS. Anna Elisa Nicolau dos. **Agroecologia: Respeito à Terra** .in: <http://www.terrazul.m2014.net>. Sábado 4 de Março de 2006.

SOUZA JARDIM, Jean de. **Desenvolvimento sustentável**: desenvolvimento como liberdade e a construção da cidadania na perspectiva ambiental. Revista do programa de mestrado em direito do UniCEUB. v.2, n., p.189-2001. jan/jun.2005. disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32678-40128-1-PB.pdf>. Acesso em 15/08/2016.

TOCANTINS. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sudeste do Tocantins. Relatório final. Palmas, SEPLAN/SEBRAE, 2004.

VECCHIATTI, K. **Três fases do desenvolvimento sustentável**: do reducionismo à valorização da cultura. Revista São Paulo em Perspectiva - Fundação Seade. vol.18 no.3 São Paulo July/Sept. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300010. Acesso em: 10/10/2016.

VIOLA, Andreu. **Antropolgia Del Desarrollo**: teorías y estudios etnográficos en América latina. Barcelona y Editorial Paidós, SCICF, 2000. Disponível em: <http://abacoenred.com/wp-content/uploads/2015/10/Antropolog%C3%ADa-del-Desarrollo-AL-Viola-Andreu-1998.pdf>. Acesso em 15/08/2016.